



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Decisão nº 19503071/2021-CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Processo: 08455.010610/2020-37

**DECISÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021**

**OBJETO:** Contratação de Serviços de Telefonistas, mediante o regime de execução indireta por Preço Global, a serem executados nas dependências da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

**1. DAS INTENÇÕES DE RECURSO**

1.1. Intenção nº 01:

1.1.1. Empresa ECO RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 14.625.837/0001-30, doravante denominada Recorrente 01, à T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI, CNPJ: 12.978.986/0001-58, doravante denominada Recorrida.

1.1.2. No campo destinado à manifestação de intenção de recurso, a **Recorrente 01**, registrou:

“Com base no Art. 4º, XVIII, Lei 10520/02 e Ac. 597/07 TCV combinado com Art. 30, inciso 2º da Lei 8.666/93, manifestamos intenção de recorrer contra a decisão que desclassificou a empresa ECO RIO, tendo em vista o cumprimento total da exigência editalícia, principalmente no que tange ao sindicato indicado no edital, conforme fatos que iremos expor na peça recursal.”

1.2. Intenção nº 02:

1.2.1. Empresa AJS LIMPEZA E CONSERVACAO EIRELI, CNPJ 15.144.531/0001-25, doravante denominada Recorrente 02, à T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI, CNPJ: 12.978.986/0001-58, doravante denominada Recorrida.

1.2.2. No campo destinado à manifestação de intenção de recurso, a **Recorrente 02**, registrou:

"Intenção recurso uma vez que a recorrida descumprem todos os cinco princípios presentes no artigo 37 CF 88 e devem seguir princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, empresa T & S, peço que reveja as manobras da recorrida, 1) fórmula aplicada na letra C do Submódulo 2.1, fórmula das letras A e B do Submódulo 2.3, todos as letras do MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO, não sabe explicar qual e a sua carga tributaria (Presumido, Simples Nacional ou Lucro Real)."

1.3. Intenção nº 03:

1.3.1. Empresa NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 32.185.480/0001-07, doravante denominada Recorrente 03, à T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI, CNPJ: 12.978.986/0001-58, doravante denominada Recorrida.

1.3.2. No campo destinado à manifestação de intenção de recurso, a **Recorrente 03**, registrou:

"Manifestamos tempestivamente intenção de recorrer nos termos do Acórdão 339/2010 do TCU (o qual recomenda a não "rejeição sumária" da intenção de recorrer do licitante), contra habilitação da empresa temporariamente declarada vencedora, devido à falhas encontradas em sua planilha e material de habilitação, que contrariam o Edital, e outras normas legais, não observadas inicialmente pelo Sr. Pregoeiro, conforme demonstraremos em nosso Recurso."

1.4. Intenção nº 04:

1.4.1. Empresa PARANA LIMP SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI, CNPJ 06.059.231/0001-57, doravante denominada Recorrente 04, à T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI, doravante denominada Recorrida.

1.4.2. No campo destinado à manifestação de intenção de recurso, a **Recorrente 04**, registrou:

"Com fulcro na legislação, manifestamos nossa recorrer contra a aceitabilidade da proposta arrematante, pelos vícios insanáveis em sua elaboração. Citamos a utilização de CCT adversa a estabelecida no TR, cotação dos encargos sociais em desconformidade com a IN nº 05/2017 e alterações posteriores (falta das incidências de 13º sal e férias no modulo GPS). Nossas razões serão melhor delineadas em nossa peça recursal. Amparados pelo acórdão do TCU, pede-se deferimento."

## 2. DAS RAZÕES DOS RECURSOS

2.1. A **Recorrente 01** se manifestou contra a habilitação da Recorrida com os seguintes termos:

*"ILUSTRÍSSIMO SENHOR DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*

*Ref.: Pregão Eletrônico nº 05/2021/2021-CPL/SELOG/SR/PF/RJ*

*Processo Administrativa nº 08455.010610/2020-37*

*A empresa ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, licitante qualificada no processo licitatório acima mencionado, vem por intermédio de seu representante legal, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão proferida, por esse Nobre Pregoeiro, que veio a DESCLASSIFICAR a empresa ECO RIO, justificado segundo o Pregoeiro por descumprimento do item 10.3 do Termo de referência. Sendo certo que, a empresa ECO RIO apresentou todas as exigências estabelecidas no edital e termo de referência, podendo sua INABILITAÇÃO ser considerada um equívoco, o qual merece reparo, conforme passamos a expor, rogando, desde já que seja o presente, dirigido à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso V. Sa., não se convença das razões abaixo formuladas.*

### *I – DO OBJETO*

*O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio administrativo (telefonistas), mediante ao regime de execução indireta para atender as necessidades da superintendência regional de polícia federal no Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.*

### *II – DA TEMPESTIVIDADE*

*A Sessão realizou-se no dia 22/06/2021, transcorrendo normalmente e tendo a ECO RIO sido*

*convocada no decorrer da sessão pública, para o envio da proposta final atualizada.*

*Após a análise de suas planilhas, foram solicitados esclarecimentos para melhor entendimento do Nobre Pregoeiro, conforme chat no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).*

*Tendo a RECORRENTE sua proposta recusada no dia 30/06/2021, às 15:37:04h e sua manifestação para interposição de recurso aceita no 05/07/2021, às 17:34:31h.*

*O Edital no item 11 – DOS RECUSOS, subitem 11.2.3 estabelece que: Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;*

*Deste modo, o término da data para apresentação da peça recursal é o dia 08/07/2021, sendo este o 3º dia útil após a sessão, o que torna plenamente tempestivas as presentes razões.*

### **III – AS RAZÕES DO RECURSO:**

*Nobre Pregoeiro, a ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, primeiramente esclarece que não tem por finalidade procrastinar nem tão pouco tumultuar o andamento do presente processo licitatório, ao contrário, este recurso tem o intuito de afastar qualquer possibilidade de equívoco no tocante a violação das exigências estabelecidas no Edital, evitando assim, futuros transtornos e a possibilidade de configuração de ilegalidade do processo em tela.*

### **IV – DOS FATOS E DO DIREITO**

*Após recebimento do sistema da proposta enviada pela ECO RIO, seguida da análise no Nobre Pregoeiro, o mesmo, passou a realizar diversos questionamentos quanto ao cumprimento do item 10.3. do Termo de Referência, item este que, no entendimento do pregoeiro é claro ao citar “os valores de salário deverão seguir a Convenção Coletiva da categoria, CCT 2019/2020 – vigente, Do Sind dos Trab em Emp Telec Op Sist TV por Assi Transm de Dados e Correio Eletr Telef M Cel Serv Tronc D Com Radi.”*

*Para nossa surpresa, durante a conversa no chat, foi informado que o valor do salário base para o cargo de Telefonista é de R\$ 1.499,01 e que, não estava permitido a proporcionalidade do salário, momento em que a empresa ECO RIO, afirmou que seguiu para elaboração de sua proposta o sindicato exigido no item 10.3. do ato convocatório, a qual inclusive havia sido anexada junto a planilha reajusta.*

*Para melhor entendimento, é imprescindível registrar que em situações de indicações de sindicato para fins de elaboração de planilha de preços em processos licitatórios, não basta citar o sindicato, uma vez que, o mesmo, estará atrelado a outras convenções, deste modo o correto procedimento é ser estabelecido de forma clara a especificação do piso salarial a ser utilizado e quais sindicatos a serem considerados. Não havendo tais especificações, qualquer convenção relacionada ao sindicato solicitado, cumprirá a exigência editalícia.*

*No caso da RECORRENTE, a mesma respeitou o sindicato indicado, utilizando:*

*NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000225/2020*

*DATA DE REGISTRO NO MTE: 12/02/2020*

*NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR000337/2020*

*NÚMERO DO PROCESSO: 13041.102310/2020-85*

*DATA DO PROTOCOLO: 03/02/2020*

*SIND. DOS TRAB. EM EMP.TELEC.OP.SIST.TV POR ASS.TRANS.M. DE DADOS E CORREIO ELETR.TELEF.M.CEL.SERV.TRONC.D COM.RADI, CNPJ n. 33.955.956/0001-04, neste ato representado(a) por seu;*

**E**

*SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS PREST. DE SERV. E INSTALADORAS DE SISTEMAS E REDES DE TV POR ASSINATURA, CABO, MMDS, DTH E TELECOMUNICAÇÕES - SINSTAL, CNPJ n. 02.742.202/0001-34, neste ato representado(a) por seu;*

*Ora, por óbvio, quando em uma Convenção Coletiva de Trabalho possui dois sindicatos, se ambos não tiverem o mesmo piso salarial, é obrigação ser fixado de forma clara e objetiva o salário base a ser considerado, o que não ocorreu no edital em epígrafe, pois, caso contrário, o edital estará possibilitando que a empresa licitante se utilize em cumprimento ao edital de um dos salários estabelecidos. Motivo pelo qual, a lei que regula os processos licitatórios exige o detalhamento de forma explícita no Termo de Referência, de todas as peculiaridades que possam existir para elaboração do valor e/ou lance a ser ofertado.*

*Ressalta-se que, exigências de tais naturezas não podem ser comunicadas somente em uma resposta decorrente de esclarecimentos no chat após a sessão de lances.*

*Por oportuno, a legislação ao tratar do detalhamento necessário e exigido, não deixa dúvidas que ensejam pedidos de esclarecimentos, uma vez que, só se tem dúvida do que nos pode trazer dúvida interpretação, caso contrário, o que não está escrito, não será cobrado.*

*Tal omissão editalícia (definição de piso salarial), trouxe consequências não só para ECO RIO, como também, para empresas convocadas antes da mesma, e que pelo mesmo motivo tiveram suas propostas recusadas. Precisamos entender que em processos licitatórios devem-se afastar julgamentos subjetivos e ater-se em julgamento fundamentado e baseado no que se exige no edital, afastando assim, a possibilidade de prejudicar os licitantes.*

*Deste modo, afasta-se totalmente a motivação registrada pelo Nobre Pregoeiro, no momento de recusar a proposta apresentada e ainda em uma atitude autoritária se recusar a aceitar os argumentos apresentados e simplesmente ignorar fechando o chat e convocando a empresa subsequente.*

*Todavia, o respeito ao licitante deve prevalecer assim como, o bom senso e a flexibilidade em detectar que, muitas vezes não existe razão sem reflexão.*

*Outro ponto relevante nesta questão é que, o objetivo do processo licitatório que é o de contratar com a proposta mais vantajosa, deveria ter sido considerado, uma vez que, não resta dúvida que a empresa ECO RIO formulou seu preço com parâmetros exigidos no edital e termo de referência e que de contrapartida, não se pode exigir o que está implícito.*

*Ab initio, lembremos que, in verbis:*

*“ Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios BÁSICOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROBIÇÃO ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHE SÃO CORRELATOS” (grifo nosso).*

*Para o saudoso HELY LOPES MEIRELLES, “o princípio da legalidade é o princípio basilar de toda Administração Pública. Significa que toda atividade administrativa está sujeita aos mandamentos da lei e deles não pode se afastar ou desviar, sob pena de invalidade”.*

*São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.*

*Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos*

*descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.*

*Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:*

*No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do*

*formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.*

## **VI - CONCLUSÃO**

*Em razão dos fatos e circunstâncias acima expostas, a Requerente conta com o bom senso deste Nobre Pregoeiro e sua Equipe e espera que sejam reconhecidas e acolhidas as razões do presente Recurso, para que, em vista do cumprimento dos requisitos técnicos e legais, para que seja retomada a sessão, do ponto em que a RECORRENTE teve sua proposta recusada, sendo esta uma medida de inteira justiça.*

*Termos em que,  
Pede Deferimento.*

*Nova Iguaçu, 08 de julho de 2021*

*ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
LUIZ CLAUDIO BABO TORRES  
ID.: 122058 - OAB/RJ  
CPF: 838.234.507-78  
DIRETOR"*

2.2. **A Recorrente 02**, se manifestou contra a habilitação da Recorrida com os seguintes termos:

*"ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL – RJ - CPL/SR/PF/RJ.*

*PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2021.  
PROCESSO Nº. 08455.010610/2020-37*

*RECORRENTE: AJS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI – EPP.*

### **ORAÇÃO DA LUZ**

*Ilustre Pregoeiro antes de darmos início à peça recursal, viemos mui respeitosamente fazer uma oração para o representante da recorrida, antes de participar de qualquer PROCESSO LICITATORIO deveria realizar a "Oração da Luz".*

*Trechos da Oração da Luz.*

*Eu Comando a LUZ para atuar sobre nós, para a elevação da nossa consciência nas qualidades da Mente de Deus.*

*Que a LUZ Atue agora em toda minha inteligência e discernimento: venha Luz, vem atuar na minha vida; Luz vem atuar em meu corpo, na minha mente, em minha vida financeira, e na minha saúde... (descreva onde quer que a luz de Deus atue agora)...*

*-Venha luz, venha para corrigir a todos os meus erros e ilusões.*

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

*A empresa AJS SERVIÇOS EIRELI EPP, com sede à Rua Jorge Lima, nº. 06 – Sala 103 – Centro – Mesquita - RJ, com CNPJ nº. 15.144.531/0001-25, representada por seu procurador legal Sr. Sergio Martins, vem perante o Ilustre Pregoeiro Oficial da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, por meio da CPL/SR/PF/RJ, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que declarou habilitada no certame em epígrafe a empresa T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI, pelas razões que passa a expor:*

## *PROCESSOS LICITATORIOS*

*Quem faz licitação sabe que, nesse momento, há uma guerra entre os participantes; mas a Administração Pública não pode deixar-se envolver pelo interesse de um proponente (que é adversário dos outros proponentes e está defendendo legitimamente o seu interesse em obter o contrato) e não pode confundir esse interesse com o interesse público.*

*Ilustre Pregoeiro, O presente certame tem processamento disciplinado pela Lei Federal nº 8.666/93 que, por sua vez, segundo preceitua em seu art. 3º, define a licitação como procedimento tendente a "... garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa..."*

*Com respeito aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade*

*Conforme a Lei 8666/93 em seu Art. 3º:*

*"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

*Em suma, para finalizar; diante de todo o exposto vislumbra-se que o entendimento legal, jurisprudencial e doutrinário se baseia na aplicação direta do princípio da finalidade, a renomada empresa LM FLUMINENSE descumpriu os ditames do edital e respeitou a Legislação Vigente, apresentando planilha de custo em desacordo com a legislação, vejamos:*

## *I - DO FATO*

### *1. MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS*

*O representante da recorrida induz esta digna CPL ao erro a realizar de forma correta o percentual de 7,53% sobre a letra C) Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º e Adicional de Férias utilizando a formula correta  $36,86\% \times (8,33\% + 12,10\%) = 7,53\%$ ; porem ao realizar o cálculo utiliza de manobra obscura, vejamos:*

*$F48 \times (G45 + G46) = R\$ 29,98$ , sendo o correto e seguir as orientações da letra C) Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º e Adicional de Férias:  $(F61 \times G47) = R\$146,75$  ou se representante da recorrida preferir mudar o formado da formula também pode, vejamos:  $36,86\% \times (G45 + G46) = R\$146,75$ .*

## *DOS ENSINAMENTOS*

*Seguindo os ensinamentos do Ilustre matemático italiano Giuseppe Peano, tem como a sua frase nas famosa que se aplica na elaboração desastrosa de sua planilha "a soma dos fatores não altera o produto".*

## DA CONTINUIDADE

*O representante da recorrida, mas uma vês induz esta CPL ao erro a elabora as letras A e B do Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários, vejamos:*

*Seguindo as orientações do Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 18 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, pagina 26, a memória de cálculos aplicada para pagamento dos benefícios são de 22 (vinte e dois) dias e não de 21 (vinte um) de acordo com a planilha da recorrida.*

*Seguindo esta ótica a recorrida se beneficia afrontando o princípio básico da legalidade e a proposta será julgada em estrita conformidade com os princípios básicos, conforme prevê a Lei 8666/93 em seu Art. 3º.*

### **CADERNO DE LOGISTICA DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR**

*Transporte: Valor da passagem R\$ 5,00. Vales por dia: 2 (dois). Quantidade de dias trabalhados: 22 (vinte e dois).*

*Valor do vale Transporte:  $R\$ 5,00 \times 2 \times 22 = R\$ 220,00$ .*

*Desconto do vale transporte:  $R\$ 1.500,00 \times 6\% = R\$ 90,00$ .*

*Custo Efetivo do Transporte:  $R\$ 220,00 - R\$ 90,00 = R\$ 130,00$ .*

*Auxílio-Refeição/Alimentação: Valor do auxílio alimentação R\$ 20,00. Quantidade de dias trabalhados: 22 (vinte e dois).*

*Custo Efetivo do Auxílio-Refeição/Alimentação:  $R\$ 20,00 \times 22 = R\$ 440,00$ .*

*Desconto do vale refeição:  $R\$ 440,00 \times 10\% = R\$ 44,00$ .*

*Custo Efetivo do vale refeição:  $R\$ 440,00 - R\$ 44,00 = R\$ 396,00$*

### **T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL – EIRELI**

*Transporte: Valor da passagem R\$ 4,05. Vales por dia: 2 (dois). Quantidade de dias trabalhados: 21 (vinte e um).*

*Valor do vale Transporte:  $R\$ 4,05 \times 2 \times 21 = R\$ 170,10$ .*

*Desconto do vale transporte:  $R\$ 1.499,01 \times 6\% = R\$ 89,94$ .*

*Custo Efetivo do Transporte:  $R\$ 170,10 - R\$ 89,94 = R\$ 80,16$ .*

*Auxílio-Refeição/Alimentação: Valor do auxílio alimentação R\$ 18,00. Quantidade de dias trabalhados: 21 (vinte e um).*

*Custo Efetivo do Auxílio-Refeição/Alimentação:  $R\$ 18,00 \times 21 = R\$ 378,00$ .*

*Desconto do vale refeição:  $R\$ 378,00 \times 10\% = R\$ 37,80$ .*

*Custo Efetivo do vale refeição:  $R\$ 378,00 - R\$ 37,80 = R\$ 340,20$*

## **MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO**

*Ilustre Pregoeiro, ao realizar diligencia na planilha da recorrida, em especial nos itens do MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO a habilitação da recorrida afronta não somente o edital é, por si só, considerado a LEI DA LICITAÇÃO, mas todos os membros desta digna CPL e os participantes deste certame, vejamos:*

*a) V.Sa. questiona a licitante DC MELO PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI - - Módulo 3: Apresentar as probabilidades de aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado conforme o caderno de logística de pagamento pelo fato gerador.*

*b) Logo após questiona a licitante MGS CLEAN SOLUCOES E SERVICOS EIRELI - No módulo 3,*

*é necessário incluir a probabilidade de aviso prévio trabalho e aviso prévio indenizado, conforme o caderno de logística de pagamento pelo fato gerador.*

*c) De forma continua V.Sa. questiona a licitante T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI - Senhor(a) Licitante, em relação ao módulo 3, as probabilidades devem seguir o caderno de logística do pagamento pelo fato gerador. Ou seja, ao final, as probabilidades devem somar em 100%.*

*d) Porém abre uma prerrogativa a licitante T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI - Conforme apresentado anteriormente, caso vossa senhoria decida zerar as probabilidades, não poderá desta Administração os custos de aviso prévio trabalho e/ou indenizado.*

*e) Prerrogativa não dada as demais licitantes que foram inabilitadas, somente a licitante T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI - Tudo isso sem prejuízo da obrigação de pagar o trabalhador.*

*f) Utilizando suas prerrogativas insiste com a licitante T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI - Vossa senhoria realizará os ajustes? Caso positivo, convocaremos o anexo.*

*g) E a licitante o responde, Boa tarde Sr. Pregoeiro. Informamos que faremos os ajustes necessário.*

*Senhor Pregoeiro, me considero ofendido ao realizar diligencia nos itens do MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO da recorrida o representante sem emitir um simples som chama todos os participantes de bucéfalos, me perdoem o jeito da colocação da palavra mas é revoltante, se dedicar a um processo de uma instituição seria, respeitada em todo território nacional e vem um cidadão burlar o processo licitatório e ainda se sagrar vencedor; vejamos o desrespeito aos professores primários que nos ensinou a somar, subtrair, multiplicar e dividir e com certeza o representante da recorrida fugiu dessas aulas.*

### **MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO**

#### **3. Provisão para Rescisão**

*A - API com Probabilidade (50%) – R\$ 142,57*

*B - Aviso Prévio Indenizado - API – R\$ 207,20*

*C - Multa do FGTS do API - R\$ 77,95*

*D - APT com probabilidade (50%) – R\$ 38,97*

*E - Multa do FGTS do APT – R\$ 77,95*

*Total : R\$ 181,55*

### **MEMORIA DE CALCULOS DO MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO**

*= R\$ 142,57 + R\$ 207,20 + R\$ 77,95 + R\$ 38,97 + R\$ 77,95*

*= R\$ 544,64 (Quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)*

*Venho, mas uma vez, mui respeitosamente, solicitar o representante da recorrida que justifique em sua CONTRA RAZÃO como ele conseguiu fazer a soma dos valores constantes menor que a letra B - Aviso Prévio Indenizado - API – R\$ 207,20 (?)*

*Nos amparamos na orientação deste I. Pregoeiro que aplica seu “atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca do Pagamento pelo Fato Gerador a que se refere o Anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital, observado o disposto no respectivo Caderno de Logística, elaborado pela SEGES/MP.”*



*Mas prova robusta e flagrante de inexequibilidade nos preços propostos. Há mais nas lições de Marçal Justen Filho:*

*“(…)*

*Desclassificação por inexequibilidade. A comissão deverá excluir do certame as propostas que apresentem preços diminutos a ponto de inviabilizar a execução do objeto licitado (art. 44, § 3º). A Lei reprovava as propostas com preços ínfimos. Obviamente, a reprovação da Lei não se dirige contra o preço reduzido. A desproporção entre a estimativa de custo e a oferta autoriza a presunção da inviabilidade da execução da proposta. O preço irrisório não oferece vantagem para a Administração Pública, pois o particular não terá condições de executar as prestações que lhe incumbem. A Administração sofrerá maior prejuízo, consistente na frustração dos cronogramas, prestações mal adimplidas, necessidade de nova licitação etc.*

*Considerando o Art. 41 da Lei 8666/93:*

*“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”*

*E ainda, o Art. 44 da Lei 8666/93:*

*“No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.”*

*A não observância do estatuído nos diversos itens editalícios descumpridos pela recorrida fere o Princípio Licitatório da vinculação ao instrumento convocatório.*

*O artigo 48, I da Lei 8.666/93, dispõe que serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório. Ao tecer comentários acerca do supracitado dispositivo legal MARÇAL JUSTEN FILHO ensina que:*

*“Do ponto de vista formal, deve-se verificar se a proposta atendeu ao modelo devido. Ou seja, examina-se se contém aquilo que é obrigatório e se omitiu aquilo que é proibido, adotando a forma adequada. O exame formal deve ser formulado à luz do princípio fundamental de que a forma não é um fim em si mesmo.”*

#### *DA CARGA TRIBUTARIA*

*O I. Pregoeiro solicitou justificativa a recorrida “pela a utilização de PIS (0,15%) e COFINS (0,68%). Convocaremos o anexo para a juntada da justificativa, bem como de documento que comprove tais porcentagens”.*

*Sem saber se expressar tecnicamente sobre o tema exposto pelo pregoeiro o representante da recorrida de forma frágil responde “nossa empresa se enquadra no regime tributário cujo recolhimento de tributos são percentuais variáveis” se especificar qual e a tributação da empresa*

#### *DO REGIME TRIBUTARIO*

*Há três tipos de regimes de tributação que podem ser adotados pelas empresas: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. O indicado é que a escolha seja feita e analisada por um contador, que tem experiência e conhecimento no assunto e pode lhe dar as devidas instruções e saber qual a melhor opção para o seu negócio através estudos de diversos fatores específicos de casa caso, como análise de porte do negócio, área de atuação, estudo de mercado, planejamentos de rendimento, entre outros.*

*Simples Nacional: Neste regime tributário há duas grandes vantagens: uma refere-se aos valores*

de alíquotas que são menores e a outra se refere à simplicidade da agenda tributária, facilitando o controle. Neste caso, enquadram-se empresas com receita bruta de até R\$4,8 milhões. Este regime apresenta alíquotas reduzidas, pois há a união de oito impostos e contribuições: PIS, Cofins, IPI, ICMS, CSLL, ISS, Imposto de Renda da pessoa jurídica e, em alguns casos, INSS patronal. Contudo, nem sempre este é o regime mais vantajoso, especialmente para empresas prestadoras de serviços, que recolhem à parte a contribuição do INSS e por isso suas alíquotas variam conforme a folha de pagamento.

*Tabela da Alíquota de Quanto descontar do valor recolhido Receita Bruta Total em 12 meses.*

*Até R\$ 180.000,00 4% 0*

*De R\$ 180.000,01 a R\$ 360.000,00 = 7,3%*

*De R\$ 360.000,01 a R\$ 720.000,00 = 9,5%*

*De R\$ 720.000,01 a R\$ 1.800.000,00 = 10,7%*

*De R\$ 1.800.000,01 a R\$ 3.600.000,00 = 14,3%*

*De R\$ 3.600.000,01 a R\$ 4.800.000,00 = 19%*

*Lucro Real: Este regime é obrigatório para empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões e empresas com atividades voltadas para o setor financeiro. Neste caso, as alíquotas são calculadas com base no lucro real, ou seja, receita menos despesas. Por este motivo, é preciso que a empresa seja muito organizada com suas contas.*

*A opção pelo Lucro Real é adotada quando o lucro efetivo (Lucro Real) é inferior a 32% do faturamento no período de apuração.*

*Para cálculo do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, a alíquota é de 15% para lucro de até R\$ 20.000,00 mensais, e 25% nos casos em que o lucro for superior a esse valor no mesmo período.*

*O CSLL é taxado em 9% em relação a qualquer lucro apurado durante o período*

*Dentre todas as mudanças de alíquotas na opção pelo lucro real, está o PIS, que passa a ser de 1,65% (e não mais 0,65%), e o Cofins que chega a 7,6% (de 3%) da Receita. Mas nesses últimos casos, é possível realizar deduções a partir dos pagamentos feitos para outras empresas, desde que estejam ligadas aos serviços da organização.*

*As deduções de PIS e COFINS são conhecidas como PIS não cumulativo e COFINS não cumulativa, respectivamente, e representam uma redução de impacto que tornam as tarifas inferiores aos números apresentados de 1,65% e 7,6%.*

*Lucro Presumido: No Lucro Presumido, assim como no anterior, qualquer empresa pode se cadastrar. Contudo, o seu faturamento anual neste regime tributário não pode ser superior a R\$ 78 milhões. Neste caso, o Imposto de Renda e a CSLL incidem sobre uma alíquota definida pela Receita Federal.*

*TABELA Tributação Federal Lucro Presumido: Prestação de Serviços*

*Tributação Federal Lucro Presumido: Prestação de Serviços Pagamento dos Impostos, DARF'S sobre o faturamento, conforme tabela abaixo:*

*Prestação de Serviços (Fat X 32% = Lucro Presumido X 15%) Prestação de Serviços*

- IRPJ - 4,80%*
- Contribuição Social - 2,88%*
- PIS - 0,65%*
- COFINS - 3,00%*
- ISS - 5,00%*
- Adicional IR - 2,95%*
- TOTAL: 19,28%*

*Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993*

*Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.*

*Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:*

#### *DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL*

*I. Pregoeiro a recorrida justificativa a V.Sa. “que enviaremos as EFD do período comprovando os percentuais, porem as Escrituração Fiscal Digital – EFD”, mesmo assim não menciona qual a carga tributária da recorrida, vejamos o que cita a RFB;*

*A Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e*

#### *CÁLCULO DO ARBITRAMENTO QUANDO CONHECIDA A RECEITA BRUTA*

*A base de cálculo do lucro arbitrado será o montante determinado pela soma das seguintes parcelas:*

*1) o valor resultante da aplicação de percentuais variáveis, conforme o tipo de atividade operacional exercida pela pessoa jurídica, sobre a receita bruta auferida nos respectivos trimestres;*

*2) ao resultado obtido na forma do item 1 deverão ser acrescidos os ganhos de capital, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável), as variações monetárias ativas, as demais receitas e todos os resultados positivos obtidos pela pessoa jurídica, inclusive os juros recebidos como remuneração do capital próprio, os descontos financeiros obtidos, os juros ativos não decorrentes de aplicações e os demais resultados positivos decorrentes de receitas não abrangidas no item anterior.*

#### *CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO*

*No caso de arbitramento, aplicam-se à contribuição social sobre o lucro líquido as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para pessoas jurídicas optantes pelo Lucro Presumido.*

*Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993*

*Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.*

*Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:*

*O artigo 48, I da Lei 8.666/93, dispõe que serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.*

*“No direito público, o que há de menor relevância é a vontade do administrador. Seus desejos, suas ambições, seus programas, seus atos, não tem eficácia administrativa no direito e na lei. Não*

*é a chancela da autoridade que valida o ato e o torna obrigatório. É a legalidade a pedra de toque de todo Ato Administrativo. ”*

#### *DO PEDIDO*

*a) - Diante do acima exposto, face ao princípio da moralidade compulsória à Administração na condução do certame, serve a presente para requerer o aceite o Recurso Administrativo e que desclassifique a empresa T & S LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI face os deslizos ora apontados,*

*b) - Diante do exposto, balizando na primazia da realidade requer que a empresa T & S LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI seja declarado a INABILITADA como vencedora do certame e o objeto da presente licitação por não ter cumprido todas as exigências editalícias e que se dê prosseguimento ao certame com a convocação da próxima licitante para que apresente seus documentos e proposta.*

*c) - ad cautelam, na remotíssima hipótese de V. S.<sup>a</sup> não entender da forma solicitada por nossa empresa – o que por nós só é admitido ad argumentandum tantum – solicitamos que encaminhe a Autoridade Competente e sucessivamente a Procuradoria Federal do PF/RJ; Afim de que ocorram seus legais efeitos.*

*Por ser da mais cristalina justiça,*

*Nestes termos,  
P. DEFERIMENTO"*

2.3. **A Recorrente 03**, se manifestou contra a habilitação da Recorrida com os seguintes termos:

*"ILMO. SR. PREGOEIRO DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL - RJ - CPL/SR/PF/RJ.*

*Pregão Eletrônico Nº 05/2021/2021-CPL/SELOG/SR/PF/RJ  
Processo Administrativo Nº 08455.010610/2020-37*

*A NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA., empresa inscrita no CNPJ/M.F. sob o nº32.185.480/0001-07, com sede na Rua Visconde de Inhaúma, 38 7º andar; Centro, Rio de Janeiro, vem respeitosamente por seu Representante Legal infra-assinado, com fulcro no inciso XVIII do artigo 4º. da Lei nº. 10.520 de 17/07/2002, c/c artigo 26 do Decreto nº. 5.450 de 31/05/2005 e no Edital em referência, TEMPESTIVAMENTE apresentar:*

#### *RECURSO ADMINISTRATIVO*

*contra decisão da r. Comissão de Licitação que habilitou a empresa T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL - EIRELI no certame promovido por este Órgão, e o faz pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos.*

#### *DA INCORRETA HABILITAÇÃO*

*A empresa T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL - EIRELI foi considerada como habilitada para este pregão, porém, verifica-se que a mesma não poderia ser habilitada, já que deixou de cumprir obrigações fundamentais para o certame.*

## *DA IMPORTÂNCIA DA EXEQUIBILIDADE*

*Antes de iniciar a análise do material da empresa Recorrida, devemos estabelecer alguns entendimentos que são de suma importância.*

*Entendamos todos que uma licitação, antes de mais nada, visa atender à uma necessidade específica do órgão comprador. Permitir que uma empresa tenha PREJUÍZO ao realizar um serviço não é aceitável, pois compromete totalmente a entrega destes serviços.*

*"A proposta inexecutável é aquela que não se reveste de condições de ser cumprida, porquanto gera ao seu autor mais ônus do que vantagens." (NIEBUHR, 2005, p. 195).*

*No que tange à inexecutabilidade da proposta no pregão, assim se expressa Carlos Pinto Coelho Motta:*

*"A proposta inexecutável constitui-se, como se diz, numa "armadilha" para a Administração: o licitante vence o certame; fracassa na execução do objeto; e não raro intenta, junto ao órgão contratante, reivindicações de revisão de preços, baseadas nos mais engenhosos motivos. Eis a razão de todos os cuidados legais na delimitação da proposta inexecutável." (MOTTA, 2005, p. 414)*

*Na mesma linha é também o entendimento de Joel de Menezes Niebhur:*

*"Se a proposta for inexecutável, sem condições de ser executada, a rigor, em vez de vantagem, impõe-se à Administração prejuízo, amarga desvantagem. As consequências que advêm da admissão de propostas inexecutáveis são desastrosas para a Administração, variando desde serviços mal feitos, obras com problemas estruturais e objetos imprestáveis, que implicam rescisão de contratos, reparações e novos procedimentos licitatórios." (NIEBUHR, 2005, p. 195)*

*Análogo é também o posicionamento do Tribunal de Contas da União. Reproduz-se abaixo excerto do voto condutor do Acórdão TCU nº 697/2006 - Plenário, proferido pelo eminente Ministro Ubiratan Aguiar:*

*"9. A desclassificação de propostas em razão de preço tem por objetivo evitar que a administração contrate bens ou serviços por preços excessivos, desvantajosos em relação à contratação direta no mercado, ou inexecutáveis/irrisórios, que comprometam a satisfação do objeto almejado com consequências danosas à administração.*

*10. No que se refere à inexecutabilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada." (Acórdão TCU 697/2006 - Plenário)*

*Desta forma, habilitar uma empresa que aceita "pagar para trabalhar" se traduz em irresponsabilidade para com o órgão comprador, vai contra o Edital, vai contra a legislação e impede que empresas idôneas possam trabalhar de forma honesta.*

## *DA INEXEQUIBILIDADE APRESENTADA*

*Passamos agora a apresentar os pontos que tornam a proposta da empresa Recorrida inexecutável.*

*A Recorrida apresentou percentuais extremamente baixos, ou até mesmo zerados, para diversas rubricas de sua planilha, sendo inclusive advertida por diversas vezes de tais fatos pelo Sr. Pregoeiro que cobrou explicações da mesma. A Recorrida apresentou suas adequações e explicações, que acabaram sendo aceitas pelo Sr. Pregoeiro.*

*Independentemente de outros problemas alegados pelos demais participantes do Pregão em seus Recursos, verificamos um ERRO de "entendimento", que torna a Proposta da Recorrida TOTALMENTE INEXEQUÍVEL.*

*O Sr. Pregoeiro realizou o seguinte questionamento:*

*"Pregoeiro 05/07/2021 15:30:46 - Para T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI - Senhor(a) Licitante, solicito justificativa para a utilização de PIS (0,15%) e COFINS (0,68%). Convocaremos o anexo para a juntada da justificativa, bem como de documento que comprove tais porcentagens."*

*Transcrevemos abaixo, o conteúdo do arquivo "06 Orientações sobre PIS e COFINS.pdf", enviado pela Recorrida.*

*(...)*

*Orientações sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra*

*Publicado: Sexta, 11 de Outubro de 2019, 19h20*

*A Secretaria de Gestão orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) sobre o aproveitamento de créditos tributários nas contratações de prestação de serviços continuados, com*

*dedicação exclusiva de mão de obra, celebradas com empresas optantes pelo regime de lucro real (com direito à incidência não cumulativa de contribuições ao PIS e COFINS).*

*Na elaboração dos termos de referência e editais, os órgãos e entidades deverão exigir que os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, cotem na planilha de custos e*

*formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.*

*Isso porque as empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes(1), podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).*

*Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.*

*A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos*

*custos efetivos de PIS e COFINS.*

*[1] As Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, tratam do regime de apuração de incidência não cumulativa das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). (...)*

*Vamos abrir nossas mentes...*

*Em princípio, toda e qualquer Lei, Instrução Normativa ou orientação legal, tem um MOTIVO para existir. Sem esse motivo, não há razão para sua aplicação.*

*Grifemos então:*

*"Isso porque as empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes(1), podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS)."*

*Pensemos... POR QUE ISSO???*

*A resposta é simples...*

*Determinados itens de custo, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, dentre outros, já trazem EMBUTIDOS em seus preços os encargos de PIS e COFINS. Contabilmente, de forma a evitar bitributação, tais valores podem ser ABATIDOS dos valores de PIS e COFINS a serem recolhidos (PAGOS) pelas empresas junto à Receita.*

*Gravemos a fogo em nossas mentes que se tratam de ABATIMENTOS. Por isso, ao considerarmos os mesmos, os VALORES MÉDIOS para o PIS e COFINS efetivamente RECOLHIDOS serão menores.*

*Mas se isso é correto, por que então estamos enviando este recurso?*

*Para responder a esta pergunta, olhemos o conteúdo do arquivo "Declaração Alíquotas recolhidas - MAI-2020 a ABR-2021.pdf" enviado pela Recorrida e comparemos com o conteúdo dos arquivos de "RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES" também enviados pela Recorrida.*

*Verificamos que em sua planilha, denominada "RELATÓRIO DE ALÍQUOTA EFETIVA RECOLHIDA - PIS / COFINS - LUCRO REAL" a Recorrida utiliza para cálculo, o conteúdo do campo "Valor da contribuição Social a Recolher".*

*Acontece, que este valor considera também o "Valor total de retenções e outras deduções".*

*A palavra chave no caso é RETENÇÕES!*

*O que são essas retenções?*

*Pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.*

*Vejam os exatamente o que diz o Artigo 64 da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.*

*(...)*

*Art. 64. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.*

*§ 1º A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.*

*§ 2º O valor retido, correspondente a cada tributo ou contribuição, será levado a crédito da respectiva conta de receita da União.*

*§ 3º O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições.*

*§ 4º O valor retido correspondente ao imposto de renda e a cada contribuição social somente poderá ser compensado com o que for devido em relação à mesma espécie de imposto ou contribuição.*

*§ 5º O imposto de renda a ser retido será determinado mediante a aplicação da alíquota de quinze por cento sobre o resultado da multiplicação do valor a ser pago pelo percentual de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, aplicável à espécie de receita correspondente ao tipo de bem fornecido ou de serviço prestado.*

*§ 6º O valor da contribuição social sobre o lucro líquido, a ser retido, será determinado mediante a aplicação da alíquota de um por cento, sobre o montante a ser pago.*

*§ 7º O valor da contribuição para a seguridade social - COFINS, a ser retido, será determinado mediante a aplicação da alíquota respectiva sobre o montante a ser pago.*

*§ 8º O valor da contribuição para o PIS/PASEP, a ser retido, será determinado mediante a aplicação da alíquota respectiva sobre o montante a ser pago.*

*§ 9º Até 31 de dezembro de 2022, fica dispensada a retenção dos tributos na fonte de que trata o caput sobre os pagamentos efetuados por órgãos ou entidades da administração pública federal, mediante a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, no caso de compra de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas prestadoras de serviços de transporte aéreo.*

*(Redação dada pela Medida Provisória nº 822, de 2018)*

*(...)*

*Tais retenções estão previstas no Termos de Referência deste Edital, vejamos:*

*"13.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017."*

*Vejam que RETENÇÕES são ANTECIPAÇÕES e as mesmas são RECOLHIDAS PELOS ÓRGÃOS.*

*A empresa prestadora de serviços RECEBE A MENOR, sendo estes valores obrigatoriamente DESTACADOS em suas Notas Fiscais.*



*Logo, ela está PAGANDO ESTES TRIBUTOS!*

*A empresa prestadora NÃO PODE UTILIZAR RETENÇÕES para FALSAMENTE DIMINUIR a média dos valores PAGOS de PIS COFINS, porque estes valores, embora recolhidos pela contratante, FORAM PAGOS!*

*Vejam bem que, não estamos contestando os valores informados pela Recorrida em sua EFD-Contribuições, mas sim a "manipulação" dos valores "calculados" em suas planilhas.*

*Entendamos que "transformar" RETENÇÕES em DEDUÇÕES, é tentar obter VANTAGEM INDEVIDA sobre os demais participantes do Certame!*

*É claro, que todas as empresas participantes de um Pregão, buscam sempre uma maior competitividade sobre os demais concorrentes, porém, cabe-nos alertar que, caso a Recorrida esteja praticando esse tipo de abordagem nos Pregões que disputa, a mesma provavelmente estará "sentada em um barril de pólvora", prestes a explodir e, infelizmente, levar consigo seus funcionários e até mesmo causar prejuízo aos contratantes dos seus serviços.*

*Se o órgão, por força de Lei, RETÉM 3,65% (0,65% de PIS + 3% de COFINS) e a empresa só considerou em sua planilha um "tributo médio" de 0,83% (0,15% de PIS + 0,68% de COFINS), o valor recebido após a retenção será INSUFICIENTE PARA COBRIR SEUS CUSTOS.*

*Lembremos que no caso em tela, a empresa prevê em suas planilhas um Lucro de apenas 0,5%...*

*Neste caso, empresa estará PAGANDO PARA TRABALHAR!*

*Vejamos o que seria o CORRETO!*

*Recalculamos os valores MÉDIOS de PIS e COFINS da Recorrida, considerando o "Valor Total da Contribuição Apurada" e o "Valor total dos créditos descontados" de maio/20 a abril/21, conforme informado em suas EFD-Contribuições, anexas à sua Habilitação.*

*Mês PIS COFINS*  
*mai/20 0,98% 4,50%*  
*jun/20 0,16% 0,65%*  
*jul/20 0,23% 0,92%*  
*ago/20 0,22% 1,02%*  
*set/20 0,29% 1,46%*  
*out/20 0,28% 1,31%*  
*nov/20 0,58% 2,69%*  
*dez/20 0,81% 3,74%*  
*jan/21 1,65% 7,60%*  
*fev/21 1,65% 7,60%*  
*mar/21 0,78% 3,58%*  
*abr/21 0,46% 2,10%*

*Média 0,67% 3,10%*

*Vemos então que EM MÉDIA, a Recorrida paga 3,77% de PIS+COFINS...*

*Valores TOTALMENTE DIVERSOS daqueles apresentados em seus cálculo, o que torna sua proposta TOTALMENTE INEXEQUÍVEL!!!*

*Tentamos ser o mais acadêmicos possível neste nosso Recurso, mostrando de forma coerente os motivos pelos quais os valores de PIS e COFINS informados pela Recorrida NÃO PODEM SER ACEITOS POR ESTA COMISSÃO.*

*Caso o Sr. Pregoeiro ou os demais membros desta ilustre CPL, tenham qualquer dúvida a respeito dos FATOS ou CÁLCULOS aqui apresentados, pedimos que os Senhores, apresentem os mesmos ao setor pertinente deste órgão, de forma a validar os mesmos.*

#### **DO PEDIDO**

*Por todo exposto, requer:*

- a) constatada a inexecução, que a empresa T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI seja inabilitada, passando então o Pregão para a análise da próxima empresa;*
- b) do contrário, caso não seja reconsiderada a decisão que habilitou a empresa T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL - EIRELI, requer seja o presente recurso remetido à Autoridade Superior, devidamente instruído, para fins de julgamento, na forma da Lei.*

*P. Deferimento.*

*Rio de Janeiro, 08 de julho de 2021.*

*Marcos Antonio Correa Guinancio  
CPF 494.826.377-04  
RG 04.253.040-2  
Diretor Comercial"*

2.4. **A Recorrente 04**, se manifestou contra a habilitação da Recorrida com os seguintes termos:

*"MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL NO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2021*

*RECORRENTE: PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI.  
OBJETO: RAZÕES DE RECURSO,*

*PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI (CNPJ: 06.059.231/0001-57), já devidamente qualificada no procedimento em epígrafe, vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria, considerando a intenção de recurso manifestada e aceita ao longo do procedimento, apresentar; tempestivamente, as razões recursais e, ao final, o acolhimento do recurso para os fins lá requeridos.*

*Na situação concreta, a parte recorrente manifestou intenção de recorrer em relação à decisão da*

*autoridade que entendeu por vitoriosa a proposta da empresa T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL EIRELI, mesmo com os vícios em sua composição de custos, fato que, em tese, deveria implicar a imediata desclassificação da referida empresa, com a consequente exclusão do próprio certame, o que desde logo se requer.*

*Logo de início, importante dizer que a nova Lei de Licitações, Lei 14.133 de 01.º de abril de 2021, aplica-se plenamente ao caso concreto, especialmente porque o artigo 189 da referida deixa explícita a aplicabilidade nas hipóteses em que se faça referência ao regramento anterior da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Assim, sob as luzes da nova legislação é que devem ser avaliados os pontos subsequentes.*

*E, sobre a nova legislação, consolidou o artigo 5.º uma ampla gama de princípios, alguns de origem constitucional (art. 37/CF) e todos há muito presentes no campo administrativo, especialmente quando dispõe que devem ser observados os “princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável”, aplicando-se, ainda, as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.*

*Isso significa que, presente vícios nos documentos, que geram uma atuação em desconformidade com o Edital, que, como visto, faz lei entre os envolvidos, a consequência, para manutenção da própria legalidade do procedimento, é a exclusão da empresa do certame, a fim de fazer cumprir as regras inerentes ao procedimento licitatório em questão. Aliás, consoante artigo 9.º da Lei de licitações, é vedado ao Sr. Pregoeiro admitir ou tolerar atos que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do procedimento, que estabeleçam preferências, distinções ou tratamento desigual entre os licitantes; portanto, qualquer tolerância quanto a erros ou omissões nas planilhas, nos cálculos ou na apresentação dos documentos deve ser visto com ressalvas, especialmente para não macular os objetivos do procedimento, que, consoante regra do artigo 11, II, da mesma Lei, tem por premissa básica “assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição”.*

*Pelo exposto, a parte recorrente passa a pormenorizar os equívocos na proposta lançada pela empresa vencedora, solicitando, ao final, a rejeição da mesma, com a desclassificação e exclusão do procedimento, pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos:*

#### **DOS FATOS**

*No caso da proposta vencedora houve violação a norma legal vigente, em afronta direta a IN nº 05 de 26 de maio de 2018, com posterior alteração promovida pela Instrução Normativa nº 07 de 20 de setembro de 2018, que estabelece sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.*

*Na presente norma legal estabelece em seu Anexo VII-D as diretrizes da metodologia de cálculos das rubricas relativas ao sub módulo Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições, conforme transcrevemos:*

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018**

*Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2018, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.*

*O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, resolve:*

...

*Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.*

.....  
*Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.*

*Desta feita, em análise pormenorizada a planilha de composição de custos apresentada pela recorrida, pode-se constatar neste módulo, que os cálculos foram elaborados somente sobre o Módulo 1 – Remuneração, em total discordância com o regramento.*

*Para exemplificar, no caso concreto, o custo de remuneração do posto de trabalho de apresentado pela Recorrida foi de R\$ 1.948,71. Os custos relativos ao sub módulo 2.1 – 13º salário, Férias e Adicional de Férias no valor de R\$ 428,10. Sendo assim, teríamos uma base de cálculo para cálculo de R\$ 2.376,82 para a aplicação das respectivas alíquotas do sub modulo 2.2, conforme preceitua a IN nº 05/2018.*

*Aplicando os percentuais legais e em conformidade com a IN, obteríamos o custo final do sub módulo 2.2 no valor de R\$ 876,09, respeitando os mesmos percentuais apresentados na composição da Recorrida.*

*Contudo, ao observarmos a composição de custos aceita por esta douta Comissão, podemos verificar que foi apropriado o montante de R\$ 718,30, obtido através da aplicação das alíquotas tão somente sobre a Remuneração, perfazendo uma diferença a menor de R\$ 157,79 mais os seus reflexos por posto de trabalho em total descompasso com a legislação.*

*Como exposto, pode-se constatar que a proposta da Recorrida é inexecutável por não contemplar todos os custos necessários para manutenção do Contrato.*

*Dentro deste conceito, é inegável que a margem de lucro da Recorrida (0,50%) é claramente insuficiente para arcar com as eventuais despesas adicionais, uma vez que, dentro desta rubrica deverá ser contemplado ainda o recolhimento do IRPJ e da CSLL.*

*Sendo assim, a Recorrida apresentou sua proposta claramente com vícios insanáveis, ficando claro o não atendimento das condições editalícias bem como a afronta a legislação vigente, com a apropriação de custos insuficiente para honrar o compromisso contratual ora licitado, não restando outro remédio legal, senão sua desclassificação e retorno do certame com a convocação da próxima licitante.*

*Tanto a doutrina como a jurisprudência têm alertado que o menor preço não significa a melhor proposta, podendo ser uma armadilha para a administração, que tornam inviável a aceitação da proposta pela licitante.*

*Nos ensina o eminente jurista ADILSON DE ABREU DALARI:*

*“ A Administração Pública não pode meter-se em contratações aventureiras; não é dado ao agente público arriscar a contratação..., pois ele tem o dever de zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas.*

*( ... )*

*“Na fase de classificação, contrariamente, deve ser feito um rigoroso e amplo exame da proposta tendo em vista que tudo aquilo que nela contém vai afetar sensivelmente o futuro contrato. Em síntese, o exame da idoneidade da proposta deve ser muito mais severo do que o exame da idoneidade do proponente ( ... ).*

*Isto já demonstra, de maneira implícita, que a comissão de julgamento pode e deve ir além do exame daquilo que consta expressamente dos autos do processo licitatório” (Aspectos jurídicos da Licitação. 4 ed. Saraiva, 1997, pag. 131).*

*Ainda, o Art. 44, da Lei Federal nº 8.666/93, assim estabelece, “In Verbis”*

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta lei.

§ 1º. É VEDADA A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER ELEMENTO, CRITÉRIO OU FATOR SIGILOSO, SECRETO, SUBJETIVO OU RESERVADO QUE POSSA AINDA QUE INDIRETAMENTE ELIDIR O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS LICITANTES.

Em mais um profundo ensinamento, o saudoso e ilustre mestre Hely Lopes Meirelles, discorre:

“ As propostas deverão satisfazer na forma e no conteúdo às exigências do edital, que é a norma especial da licitação e a matriz do futuro contrato. Cada proponente terá que fazer sua oferta dentro do permitido no edital (...).

“ A proposta que desatender ao edital é inaceitável, ainda que vantajosa para a Administração. Se isto ocorrer, justifica-se a invalidação daquele edital omissivo ou imperfeito e a publicação de outro com admissibilidade daquelas vantagens, para que todos os interessados possam ofertar novas bases, concedendo ainda maiores vantagens que as anteriores. O que a Administração não pode é aceitar vantagem não prevista no edital, o que constituiria surpresa para os proponentes que se ativeram fielmente ao seu pedido” (Licitação e contrato administrativo, Editora Revista dos Tribunais, pag. 141).

Portanto, demonstrado os impactos danosos e os efeitos da apresentação de proposta inexequível, resta evidente que a desclassificação da Recorrida é medida inexorável. Além do artigo 44 da Lei de Licitações e do Edital, que impõem a desclassificação de proposta inexequível, apresenta-se como fundamento para tal medida a lição de José Cretella Júnior, segundo o qual os riscos decorrentes de proposta negava há muito não justificam a manutenção da empresa no certame licitatório: O Decreto-lei 2.300/86, art. 38, II, já dizia que as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis constituía a segunda causa da desclassificação dos licitantes, como por exemplo, os símbolos, preços irrisórios, ou zero, que também desclassificam as propostas. (...) Preços inexequíveis, por sua vez, são, ao contrário, dos excessivos, os fixados em menor valor do que os constantes no mercado, indicando que o proponente não terá condições de cumprir o contratado se vier a ser o vencedor, podendo abandoná-la ou ser levado à ruína econômica. Em qualquer das hipóteses, a Comissão deve desclassificar a proposta, motivando a rejeição.” (in DA LICITAÇÕES PÚBLICAS, José Cretella Júnior, 7ª edição, Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1994, p. 248/249)

É dever da Administração, no papel do Pregoeiro, respeitar todo o processo administrativo licitatório seguindo estritamente os fundamentos contidos no instrumento convocatório, bem como na legislação vigente, devendo sua interpretação se pautar no princípio da supremacia do interesse público, somados aos demais princípios basilares que norteiam a atuação do agente público, na forma da Lei nº 8.666/93, art. 3º, que diz:

Art. 3º. A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo dos que lhes são correlatos. (Alteração feita pela Lei nº 12.349, de 15.12.2010).

Nos processos licitatórios de fornecimento de mão de obra, determina-se que nos valores propostos devem incluir obrigatoriamente “todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros de incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços”; Desta feita, a cotação em descompasso com a Instrução Normativa nº 07/2018, torna sua proposta inexequível, sendo a desclassificação e exclusão quando presente certame o único remédio legal, pelas desconformidades com os requisitos do Edital ou ainda quando presente vícios insanáveis ou ilegalidade, que é exatamente a situação concreta

*Na esteira do que foi demonstrado, motivos não faltam para a desclassificação da proposta da empresa Recorrida. Não foi somente o Edital que o Recorrida desrespeitou, mas também a lei 8666/93, senão vejamos:*

*“ART.43 – A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: IV – verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com preços correntes nos mercados ou fixados pelo órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo –se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis”*

*Preceitua ainda;*

*“ART. 48 – Serão desclassificadas”:*

*I – as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação:*

*Daí se conclui que a eventual não desclassificação da proposta de RECORRIDA afrontaria a Constituição Federal a Lei de Licitações ( art. 3º. 43 e 45), o Edital, além dos princípios atinentes ao instituto da licitação.*

*Pelo exposto, considerando a composição de preços apresentada com vícios e claramente insanáveis, principalmente ao tocante a sua exequibilidade pois, não possui lastro financeiro para honrar os compromissos legais, sendo patente a mácula à Lei de Licitações e a o próprio Edital, requer seja rejeitada a proposta e desclassificada a empresa vencedora, nos termos da fundamentação.*

## **CONCLUSÃO**

*Forte em toda a exposição, requer sejam recebidas as razões recursais, provendo-se o recurso para o fim especial de rejeitar a proposta tal como apresentada, com a consequente desclassificação e exclusão do certame da empresa T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL EIRELI, especialmente pelos vícios insanáveis em suas planilhas, em conformidade com fundamentos acima expostos.*

*Por ser medida de justiça e direito, no caso de não aceitação, que a presente peça seja encaminhada a autoridade competente para conhecimento e análise do mérito.*

*São os termos em que pede deferimento.*

*Curitiba, 08 de julho de 2021.*

*PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI  
CNPJ: 06.059.231/0001-57  
CLAUDINEIA PEREIRA  
DIRETORA*

## **3. DA CONTRARRAZÃO DOS RECURSOS**

3.1. A Recorrida registrou a seguinte **Contrarrrazão 01:**

**"ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SR/PF/RJ.**

**REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021/2021-CPL/SELOG/SR/PF/RJ  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08455.010610/2020-37**

*T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL – EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada no processo licitatório acima referenciado, estabelecida na AV. Rio Branco, Nº 18 – 10º andar – Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 12.978.986/0001-58. Vem mui respeitosamente, por seu representante legal “In fine” assinado, com fulcro no § 2º, do Art. 44, do Decreto Federal nº 10.024/19, de 20/09/2019, combinado com o subitem 11.2.3, do edital acima referenciado, IMPUGNAR o recurso interposto pela licitante ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., apresentando suas contra razões, pelos fatos e argumentos que passa a aduzir:*

## **1 – DO PRAZO:**

*1.1 – A presente impugnação é tempestiva, visto que, o prazo limite para sua interposição é, 13/07/2021 (§ 2º, do Art. 44, do Decreto Federal nº 10.024/19 e subitem 11.2.3, do edital);*

## **2 – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO:**

*2.1 – Preliminarmente e por oportuno, ressaltamos que o referido recurso é totalmente imotivado e inoportuno, visto que, se induz a uma suposta irregularidade do edital, que não foi questionado tampouco impugnado pela recorrente que o aceitou na íntegra, não tendo agora, o direito de supor quaisquer irregularidade no mesmo, nos termos do § 2º, do Art. 41, da Lei Federal nº 8.666/93, que assim estabelece, “In Verbis”:*

*Art. 41 – A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

*§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º, do Art. 113.*

*§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.*

*2.2 Todavia, por amor ao debate e aos princípios básicos da legalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, que norteiam todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e todos os seus órgãos vinculados, conforme estabelece o “caput” do Art. 2º, do Decreto Federal nº 10.024/19, demonstramos abaixo, a improcedência da peça recursal impetrada pela licitante ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA:*

*2.2.1 – A recorrente teve a sua proposta devidamente recusada no presente certame, por descumprimento do item 10.3, do Termo de Referência do edital que assim estabelece: “In Verbis”:*

## **10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**10.1 ( ... ):**

**10.1.1 ( ... ):**

**10.1.1.1 ( ... ):**

**10.2 ( ... ):**

10.3 Os valores de salários deverão seguir o da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria; CCT 2019/2020-vigente do Sind dos Trab em Emp Telec Op Sist Tv por Assi Transm de Dados e Correio Eletr Telef M Cel Serv Troc D Com Radi.

2.2.1.1. Ou seja: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, Transmissão de Dados e Correio Eletrônico, Telefonia Móvel Celular, Serviços Troncalizados de Comunicação, Radio Chamada, Projeto, Construção, Instalação e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal – SINTTEL-RJ, devidamente registrado no Sistema Mediador do Ministério da Economia, em 24/07/2019, sob o Nº RJ001309/2019, onde está bem claro em sua CLÁUSULA TERCEIRA, que o Pisos Salarial da Categoria profissional de TELEFONISTA, à partir de 01/05/2019, é de R\$ 1.499,01 (Um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e um centavos), mensal.

2.2.3 – A recorrente ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., teve a sua proposta devidamente recusada pelo Senhor Pregoeiro, por ter cotado o salário profissional da Categoria de TELEFONISTA, de R\$ 1.309,38 (U mil, trezentos e nove reais e trinta e oito centavos), ou seja, descumprindo na íntegra o item 10.3, do Termo de Referência do Edital.

2.2.3– Em sua peça recursal a recorrente alega que utilizou a CCT indicada no item 10.3 do Termo de Referência, todavia, a mesma confessa simultaneamente que utilizou a CCT, registrada no Sistema Mediador do Ministério da Economia em 12/02/2020, sob o Nº RJ000225/2020, ou seja, uma Convenção Coletiva de Trabalho diferente da exigida no item 10.3, do Termo de Referência do edital, razão pela qual, cotou em sua planilha de composição de custos e formação de preços, o salário mensal de R\$ 1.309,38.

2.2.4 – A recorrente, em sua peça recursal, cita oportunamente um dos sábios ensinamentos do nosso saudoso mestre HELY LOPES MEIRELES onde: “O princípio da legalidade é o princípio basilar de toda Administração Pública. Significa que toda atividade administrativa está sujeita aos mandamentos da lei e deles não pode se afastar ou desviar, sob pena de invalidade.”

2.2.5 – Ao recusar a proposta da recorrente, por descumprimento do item 10.3 do Termo de Referência do edital, o Senhor Pregoeiro, agiu justamente respeitando o princípio basilar da legalidade, visto que, concedeu todas as oportunidades previstas na lei, para que a mesma sanasse a inconformidade de sua proposta, sem majoração do preço final ofertado, o que ocorreu às 15:17:39; às 15:18:44; às 15:21:26; às 15:29:52; às 15:29:52 horas e finalmente às 15:30:42 horas, de 30/06/2021, conforme registrado no “chat” de mensagens do sistema COMPRASNETT, inclusive, informando-lhe que o valor do salário correto, é de R\$ 1.499,01 (Um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e um centavo).

2.2.6 - Mesmo assim, com todas as oportunidades concedidas pelo Senhor Pregoeiro, a recorrente não ajustou a planilha de composição de custo e formação de preços de sua proposta, para o cumprimento do item 10.3, do Termo de Referência do edital, não restando ao Senhor Pregoeiro, outra alternativa senão a sua recusa e devida desclassificação, em respeito aos princípios básicos da Legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da igualdade e principalmente, da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecidos pelo Art. 2º, do Decreto Federal Nº 10.024/2019.

### 3– DO MÉRITO:

3.1– Em sua peça recursal, a recorrente requer que o seu recurso seja provido, alegando cumprimento dos requisitos técnicos e legais, o que é totalmente improcedente e descabido, visto que, contraria totalmente o disposto no item 10.3, do Termo de Referência do edital, bem como, o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório estabelecidos no Art. 2º, do Decreto Federal nº 10.024/19.



3.2 - O nosso ilustre e sábio professor MARÇAL JUSTEN FILHO, já nos brinda com o seu brilhante ensinamento:

*“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do Art. 41 com aquela do Art. 4º, pode se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital. Seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento.*

*“Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa. Tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia”.*

#### 4 – DO PEDIDO:

*Face aos motivos acima enumerados, que certamente serão constatados e considerados pelo Senhor Pregoeiro da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO, a T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL – EIRELI, vem mui respeitosamente, IMPUGNAR o Recurso Impetrado pela licitante ECO RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Visto que, conforme demonstrado nos parágrafos precedentes, à luz da legislação vigente e jurisprudência pertinente, tal recurso se faz totalmente improcedente e sem quaisquer respaldos legais, razão pela qual, não deve prosperar, visto que, não apresenta nenhum fato ou argumento novo, ou qualquer dispositivo legal, que possa, de alguma forma, modificar a correta e lícita decisão do Senhor Pregoeiro e sua competente equipe técnica de apoio, ao declarar a recorrente, desclassificada do presente certame, por descumprimento do item 10.3, do Termo de Referência do edital e dispositivos legais vigentes.*

*Por ser de Cristalina Justiça.  
P. Deferimento*

*Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2021.*

*T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL- EIRELI  
Sergio Fernandes Martinho – Diretor Presidente."*

3.2. A Recorrida registrou a seguinte **Contrarrazão 02**:

*"ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SR/PF/RJ*

*REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021/2021-CPL/SELOG/SR/PF/RJ  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08455.010610/2020-37*

*T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL-EIRELI pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada no processo licitatório acima referenciado, estabelecida na Av. Rio Branco, nº 18 – 10º andar - Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 12.978.986/0001-58. Vem mui respeitosamente, por seu representante legal “In fine” assinado, com fulcro no § 2º, do art. 44, do Decreto Federal nº 10.024/19, de 20/09/2019, combinado com o subitem 11.2.3, do edital acima referenciado, IMPUGNAR o recurso interposto pela licitante AJS*

*LIMPEZA E CONSERVAÇÃO-EIRELI - EPP., apresentando suas contra razões, pelos fatos e argumentos que passa a aduzir:*

*1 – DO PRAZO:*

*1.1 – A presente impugnação é tempestiva, visto que, o prazo limite para sua interposição é, 13/07/2021 (§ 2º, do Art. 44, da Lei Federal nº 10.024/19 e subitem 11.2.3, do edital);*

*2 – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO:*

*2.1 – Preliminarmente e por oportuno, ressaltamos que o referido recurso é totalmente procrastinatório, visto que, a referida empresa ocupa a 40ª (quadragésima) colocação, na ordem crescente dos preços finais ofertados, assim, não obteria nenhuma vantagem no improvável êxito de seu recurso, o que é no mínimo estranho, ademais induz a uma suposta inexecutabilidade do preço ofertado pela recorrida, quando, o preço ofertado pela T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL – EIRELI, é o 13º preço final ofertado na presente licitação na ordem crescente do preços propostos.*

*2.2 - Todavia, por amor ao debate e aos princípios básicos da legalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, que norteiam todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e todos os seus órgãos vinculados, conforme estabelece o “caput” do Art. 2º, do Decreto Federal nº 10.024/19, demonstramos abaixo, a improcedência da peça recursal impetrada pela licitante AJS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO-EIRELI – EPP.*

*2.3 – A primeira falsa e leviana alegação da recorrente é totalmente improcedente, pois, supõe que o percentual de 7,53%, cotado pela recorrida em sua planilha de composição de custos e formação de preços, na linha “C”, do submódulo 2.1, estaria incorreto. Todavia, tal percentual está estritamente dentro do que estabelece a NOTA 3, IN-SEGES Nº 7, de 20/09/2018, que alterou a IN-SEGES Nº 05/2017, de 26/05/2017, e assim estabelece:*

*NOTA 3 – Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS) Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições.*

*NOTA 3: Esses Percentuais Incidem Sobre o Módulo 1, O Submódulo 2.1.*

*2.3.1  $36,86\% \text{ de } 20,43\% (8,33\% + 12,10\%) = 7,53$*

*Portanto, como demonstrado acima, tal alegação é totalmente leviana e improcedente.*

*2.4 – A segunda alegação da recorrente, versa sobre os cálculos utilizado pela recorrida para os seus custos com a concessão dos benefícios de Vale Transporte e Vale Refeição, também é totalmente leviana e improcedente, pois, supõe que o valor unitário do Vale Transporte seria R\$ 5,00 (cinco reais), quando o valor do Bilhete Único Carioca, popularmente chama de “CARIOQUINHA”, atualmente é de R\$ 4,05 (Quatro reais e cinco centavos), conforme RESOLUÇÃO Nº 3090, de 31/01/2019, da Secretaria Municipal de Transporte da Cidade do Rio de Janeiro, publicada no D.O.Rio de 01/02/2019, pag. 39, 3ª coluna e pag. 40, 1ª coluna. Quanto ao benefício: Auxílio Refeição, a recorrente supõe que o seu valor unitário seria de R\$ 20,00 (Vinte reais), alegação totalmente improcedente, visto que, tal valor atualmente é de R\$ 18,00 (Dezoito reais), conforme estabelece a CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, da CCT Nº RJ001309/2019, devidamente registrada no Sistema Mediador do Ministério da Economia, em 24/07/2019, que é a CCT estabelecida no item 10.3, do Termo de Referência do edital, devidamente utilizado pela recorrida para elaboração de sua proposta.*

*2.4.1 – Como demonstrado acima, tais alegações, são totalmente levianas e improcedentes.*

*2.5 – A terceira alegação da recorrente, refere-se ao MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO,*

*supondo inconsistência nos cálculos apresentados pela recorrida. Todavia, tais cálculos estão devidamente dentro dos dispositivos legais vigentes, considerando-se principalmente que a contratação oriunda da presente licitação, será pelo FATOR GERADOR, de que trata a alínea “a”, do inciso V, do Art. 8º, do Decreto Federal Nº 9.507, de 21/09/2018.*

*2.5.1 – Para não deixar qualquer dúvida, quanto ao valor mensal provisionado pela recorrida em sua proposta, de R\$ 181,55 (Cento e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), para o pagamento de Rescisão, lembramos que tal valor multiplicado por 12 (doze) meses, prazo inicial do contrato, perfaz o montante de R\$ 2.178,60 (Dois mil, cento e setenta e oito reais e sessenta centavos), valor suficiente para o pagamento de eventual Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado e da Multa Rescisória do FGTS, até porque, tais custos são variáveis e gerenciáveis, considerando-se principalmente a duração do contrato, que poderá se estender até 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do Art. 57, da Lei Federal Nº 8.666/93;*

*2.5.2 – O percentual cotado para o Aviso Prévio Trabalho, deve ser excluído da planilha, após o primeiro ano de contrato, conforme determina o ACÓRDÃO TCU – PLENÁRIO Nº 118/2017, que assim estabelece:*

#### *9. ACÓRDÃO:*

*9.1. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com fulcro no Art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, assegurando aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa, que, no prazo de sessenta dias, adote as medidas a seguir, informando a este Tribunal as providências adotadas no fim do prazo estipulado:*

*9.1.1. Exclua a parcela referente ao aviso prévio trabalhado, após o primeiro ano de vigência contratual, da planilha de custos e formação de preços de todos os contratos de terceirização de mão de obra, conforme o previsto na jurisprudência desta Corte (Acórdãos 1904/2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário, item 9.2.2), admitindo-se a cada ano adicional de execução desses contratos, PARCELA MENSAL NO PERCENTUAL MÁXIMO DE 0,194%, a título de aviso prévio trabalhado, nos termos da Lei 12.506/2011 (grifos nossos).*

*2.6 – Improcedente também as alegações da recorrente, supondo inconsistência no tocante às alíquotas cotadas pela recorrida para as Contribuições do PIS e da COFINS, sob a leviana acusação de que tais percentuais estariam em desacordo com a legislação vigente. Todavia, tais percentuais estão estritamente dentro da lei e foram devidamente comprovados ao Senhor Pregoeiro, atendendo à solicitação de diligência realizada às 15:30:46 horas, do dia 05/07/2021 e atendida às 16:26:27 horas, da mesma data, dentro do prazo estabelecido.*

*2.7 – Em sua peça recursal, a recorrente supõe que as alíquotas que deveriam ser consideradas pela recorrida seriam de 0,67% e 3,10%, para o PIS e COFINS, respectivamente, segundo os cálculos por ela efetuados sem quaisquer fundamentos legais, ou seja, acima dos percentuais retidos por ocasião dos pagamento de faturas que são de 0,65% e 3,00%, respectivamente.*

*2.8 – As alíquotas utilizadas pela recorrida, foram devidamente calculadas de acordo com o seu regime tributário de LUCRO REAL, onde é considerado a incidência não cumulativa do PIS e da COFINS, calculada pela média de recolhimento dos últimos 12 (doze) meses, de que tratam as Leis Federais Nºs 10.637, de 30/12/2002 e 10.833, de 29/12/2003, conforme devidamente comprovada ao Senhor Pregoeiro, em atendimento de diligência.*

*2.9 – A alegação da recorrente de que a recorrida estaria “Pagando para trabalhar”, é totalmente improcedente, visto que, os percentuais de 0,65% e 3,00%, referentes ao PIS e à COFINS, respectivamente, que são retidos na fonte e recolhidos pela CONTRATANTE à Receita Federal do Brasil em nome da recorrida, são devidamente compensados em sua Escrituração Contábil Digital – ECD, portanto, recuperados no fechamento de seu Balanço Patrimonial do referido exercício fiscal, nos termos dos §§ 3º e 4º, do Art. 64, da Lei Federal Nº 9.430, de 27/12/1996.*

2.10 – Como é do conhecimento do Senhor Pregoeiro e sua equipe de apoio, se a recorrida, se beneficiando da incidência não cumulativa, contribuirá efetivamente para o PIS e a COFINS, os percentuais de 0,15% e 0,68%, respectivamente, e a diferença desses percentuais para os percentuais acima, que serão retidos na fonte, **SERÃO DEVIDAMENTE COMPENSADOS** em sua Escrituração Contábil Digital. Destarte, cotar para esses tributos, percentuais acima dos efetivamente devidos, seria no mínimo um enriquecimento ilícito, frente ao erário.

2.11 – Antes de considerar a recorrida vencedora do presente certame, o Senhor Pregoeiro procedeu com todos os trâmites legais, estabelecidos pela legislação vigente, efetuando todas as diligências julgadas necessárias à elucidação do julgamento da proposta da recorrida, solicitando todas as explicações e documentos pertinentes, inclusive Declaração da recorrida de que seu preço ofertado é suficiente para cobrir todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre os serviços, objeto da presente licitação, o que foi plenamente atendido pela recorrida, razão pela qual, teve a sua proposta devidamente aprovada e aceita, por ter cumprido rigorosamente todas as condições do edital, seus anexos e à Legislação vigente.

2.12 – Finalmente, no que tange à margem de custos indiretos e parcela de lucro, cotados pela recorrida no B.D.I. de sua proposta, a contestação da recorrente é totalmente improcedente, haja visto que, tais percentuais são variáveis de empresa para empresa, dependendo do seu porte, estratégia comercial, econômica e visão de mercado, sendo a proposta da recorrida perfeitamente exequível, considerando-se ainda que o seu “FATOR K”, de 2,09 = R\$ 4.077,15 (Valor do Homem/Mês/R\$ 1.948,71 (Valor Mensal da Remuneração), está devidamente dentro do parâmetro de aceitação determinado pelo Acórdão N° 2.836/2011-TCU-Plenário, que é de 1,80 (mínimo) e 2,70 (máximo).

2.13 - Ademais, o Art. 63, da IN-SEGES N° 05/2017, estabelece claramente:

ART. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo completa-lo caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer alguns dos eventos arrolados nos incisos do § 1º, do Art. 57, da Lei 8.666 de 1993.

### 3 – DO PEDIDO:

Face aos motivos acima enumerados, que certamente serão constatados e considerados pelo Senhor Pregoeiro da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, a T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL-EIRELI, vem mui respeitosamente, IMPUGNAR o Recurso Impetrado pela licitante AJS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - EIRELI. – EPP. Visto que, conforme demonstrado nos parágrafos precedentes, à luz da legislação vigente e jurisprudência pertinente, tal recurso de faz totalmente improcedente e sem quaisquer respaldos legais, razão pela qual, não deve prosperar, visto que, não apresenta nenhum fato ou argumento novo, ou qualquer dispositivo legal, que possa, de alguma forma, modificar a correta e lícita decisão do Senhor Pregoeiro e sua competente equipe técnica de apoio, ao declarar a recorrida, vencedora do presente certame.

Por ser de Cristalina Justiça.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2021.

T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL-EIRELI  
Sérgio Fernandes Martinho-Diretor Presidente"

3.3. A Recorrida registrou a seguinte **Contrarrazão 03**:

"ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021/2021-CPL/SELOG/SR/PF/RJ  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08455.010610/2020-37

*T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL-EIRELI* pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada no processo licitatório acima referenciado, estabelecida na Av. Rio Branco, nº 18 – 10º andar - Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 12.978.986/0001-58. Vem mui respeitosamente, por seu representante legal “In fine” assinado, com fulcro no § 2º, do art. 44, do Decreto Federal nº 10.024/19, de 20/09/2019, combinado com o subitem 11.2.3, do edital acima referenciado, IMPUGNAR o recurso interposto pela licitante NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA., apresentando suas contra razões, pelos fatos e argumentos que passa a aduzir:

#### **1 – DO PRAZO:**

1.1 – A presente impugnação é tempestiva, visto que, o prazo limite para sua interposição é, 13/07/2021 (§ 2º, do Art. 44, da Lei Federal nº 10.024/19 e subitem 11.2.3, do edital);

#### **2 – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO:**

2.1 – Preliminarmente e por oportuno, ressaltamos que o referido recurso, é totalmente improcedente e procrastinatório, visto que, se induz a uma suposta inexecuibilidade do preço ofertado pela recorrida, quando, o preço ofertado pela T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL – EIRELI, é o 13º menor preço final ofertado na presente licitação na ordem crescente do preços propostos, e que, por a recorrente ocupar a 31ª colocação na classificação final do certame, não se beneficiaria com o improvável deferimento de seu recurso, o que é no mínimo, muito estranho aos procedimentos normais de rotina licitatória.

2.2 - Todavia, por amor ao debate e aos princípios básicos da legalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, que norteiam todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e todos os seus órgãos vinculados, conforme estabelece o “caput” do Art. 2º, do Decreto Federal nº 10.024/19, demonstramos abaixo, a improcedência da peça recursal impetrada pela licitante NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA.

2.3 – A alegação da recorrente se resume às alíquotas cotadas pela recorrida para as Contribuições do PIS e da COFINS, sob a leviana acusação de que tais percentuais estariam em desacordo com a legislação vigente. Todavia, tais percentuais estão estritamente dentro da lei e foram devidamente comprovados ao Senhor Pregoeiro, atendendo à solicitação de diligência realizada às 15:30:46 horas, do dia 05/07/2021 e atendida às 16:26:27 horas, da mesma data, dentro do prazo estabelecido.

2.4 – Em sua peça recursal, a recorrente supõe que as alíquotas que deveriam ser consideradas pela recorrida seriam de 0,67% e 3,10%, para o PIS e COFINS, respectivamente, segundo os cálculos por ela efetuados sem quaisquer fundamentos legais, ou seja, acima dos percentuais retidos por ocasião dos pagamento de faturas que são de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

2.5 – As alíquotas utilizadas pela recorrida, foram devidamente calculadas de acordo com o seu regime tributário de LUCRO REAL, onde é considerado a incidência não cumulativa do PIS e da COFINS, calculada pela média de recolhimento dos últimos 12 (doze) meses, de que tratam as Leis Federais Nºs 10.637, de 30/12/2002 e 10.833, de 29/12/2003, conforme devidamente comprovada ao Senhor Pregoeiro, em atendimento de diligência.

2.6 – A alegação da recorrente de que a recorrida estaria “Pagando para trabalhar”, é

*totalmente improcedente, visto que, os percentuais de 0,65% e 3,00%, referentes ao PIS e à COFINS, respectivamente, que são retidos na fonte e recolhidos pela CONTRATANTE à Receita Federal do Brasil em nome da recorrida, são devidamente compensados em sua Escrituração Contábil Digital – ECD, portanto, recuperados no fechamento de seu Balanço Patrimonial do referido exercício fiscal, nos termos dos §§ 3º e 4º, do Art. 64, da Lei Federal Nº 9.430, de 27/12/1996.*

*2.7 – Como é do conhecimento do Senhor Pregoeiro e sua equipe de apoio, se a recorrida, se beneficiando da incidência não cumulativa, contribuirá efetivamente para o PIS e a COFINS, os percentuais de 0,15% e 0,68%, respectivamente, e a diferença desses percentuais para os percentuais acima, que serão retidos na fonte, SERÃO DEVIDAMENTE COMPENSADOS em sua Escrituração Contábil Digital. Destarte, cotar para esses tributos, percentuais acima dos efetivamente devidos, seria no mínimo um enriquecimento ilícito, frente ao erário.*

*2.8 – Antes de considerar a recorrida vencedora do presente certame, o Senhor Pregoeiro procedeu com todos os trâmites legais, estabelecidos pela legislação vigente, efetuando todas as diligências julgadas necessárias à elucidação do julgamento da proposta da recorrida, solicitando todas as explicações e documentos pertinentes, o que foi plenamente atendido pela recorrida.*

*2.9 – Finalmente, no que tange à margem de custos indiretos e parcela de lucro, cotados pela recorrida no B.D.I. de sua proposta, a contestação da recorrente é totalmente improcedente, haja visto que, tais percentuais são variáveis de empresa para empresa, dependendo do seu porte, estratégia comercial, econômica e visão de mercado, sendo a proposta da recorrida perfeitamente exequível, considerando-se ainda que o seu “FATOR K”, de 2,09 =R\$ 4.077,15(Valor do Homem/Mês/R\$ 1.948,71(Valor Mensal da Remuneração), está devidamente dentro do parâmetro de aceitação determinado pelo Acórdão Nº 2.836/2011-TCU-Plenário, que é de 1,80 (mínimo) e 2,70 (máximo);*

*2.10 - Por respeito à inteligência do Senhor Pregoeiro e sua competente Equipe Técnica de Apoio, deixamos de tecer maiores comentários sobre as demais improcedentes alegações da recorrente sobre a exequibilidade do preço final ofertado pela recorrida, que foi objeto de análise técnica e criteriosa, pelos membros competentes dessa Douta Comissão de Licitações da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.*

### **3 – DO PEDIDO:**

*Face aos motivos acima enumerados, que certamente serão constatados e considerados pelo Senhor Pregoeiro da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, a T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL-EIRELI, vem mui respeitosamente, IMPUGNAR o Recurso Impetrado pela licitante NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA. Visto que, conforme demonstrado nos parágrafos precedentes, à luz da legislação vigente e jurisprudência pertinente, tal recurso de faz totalmente improcedente e sem quaisquer respaldos legais, razão pela qual, não deve prosperar, visto que, não apresenta nenhum fato ou argumento novo, ou qualquer dispositivo legal, que possa, de alguma forma, modificar a correta e lícita decisão do Senhor Pregoeiro e sua competente equipe técnica de apoio, ao declarar a recorrida, vencedora do presente certame.*

*Por ser de Cristalina Justiça.  
P. Deferimento*

*Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2021.*

**T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL-EIRELI**

3.4. A Recorrida registrou a seguinte **Contrarrazão 04**:

"ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SR/PF/RJ

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021/2021-CPL/SELOG/SR/PF/RJ  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08455.010610/2020-37

*T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL-EIRELI* pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada no processo licitatório acima referenciado, estabelecida na Av. Rio Branco, nº 18 – 10º andar - Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 12.978.986/0001-58. Vem mui respeitosamente, por seu representante legal "In fine" assinado, com fulcro no § 2º, do art. 44, do Decreto Federal nº 10.024/19, de 20/09/2019, combinado com o subitem 11.2.3, do edital acima referenciado, IMPUGNAR o recurso interposto pela licitante PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS-EIRELI., apresentando suas contra razões, pelos fatos e argumentos que passa a aduzir:

**1 – DO PRAZO:**

1.1 – A presente impugnação é tempestiva, visto que, o prazo limite para sua interposição é, 13/07/2021 (§ 2º, do Art. 44, da Lei Federal nº 10.024/19 e subitem 11.2.3, do edital);

**2 – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO:**

2.1 – Preliminarmente e por oportuno, ressaltamos que o referido recurso é totalmente procrastinatório, visto que, a referida empresa ocupa a 44ª (quadragésima quarta) colocação, na ordem crescente dos preços finais ofertados, assim, não obteria nenhuma vantagem no remotíssimo êxito de seu recurso, o que é no mínimo estranho, ademais induz a uma suposta inexecuibilidade do preço ofertado pela recorrida, quando, o preço ofertado pela T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL – EIRELI, é o 13º menor preço final ofertado na presente licitação na ordem crescente do preços propostos.

2.2 - Todavia, por amor ao debate e aos princípios básicos da legalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, que norteiam todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e todos os seus órgãos vinculados, conforme estabelece o "caput" do Art. 2º, do Decreto Federal nº 10.024/19, demonstramos abaixo, a improcedência da peça recursal impetrada pela licitante PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS-EIRELI.

2.3 – A alegação da recorrente de que os submódulos 2.1 e 2.2 da recorrida estão incorretos, é totalmente improcedente, conforme demonstramos abaixo.:

2.3.1 – SUBMÓDULO 2.1 = 13º SALÁRIO FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS  
13º - SALÁRIO = 8,33% (1/12) X 100 (Lei Nº 4.090, de 13/07/1962);  
FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS = 12,10% (Inciso I, do Art. 130, da CLT e inciso XVII, do Art. 7º da Constituição Federal);  
INCIDÊNCIA DO SUBMÓDULO 2.2 sobre 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS = 7,53% (8,33 + 12,10 X 36,86% = 7,53%).  
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1 = 21,97% de R\$ 1.948,71 (Total da Remuneração) = R\$ 428,10 (Quatrocentos e vinte e oito reais e dez centavos).

2.3.2 = ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS(GPS), FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES =

38,86% DE R\$ 1.948,71 (Total da Remuneração) = R\$ 718,30 (Setecentos e dezoito reais e trinta centavos).

COMO DEMONSTRADO NOS SUBITENS 2.3.1 e 2.3.2 ACIMA, NÃO EXISTEM QUAISQUER INCORREÇÕES OU INCONSISTÊNCIAS, NOS REFERIDOS SUBMÓDULOS COMO LEVIANAMENTE ALEGA A RECORRENTE.

2.4 – Em sua peça recursal, a recorrente parece estar completamente desatualizada em relação à legislação pertinente à matéria em questão, pois, faz menção ao Decreto-Lei Nº 2.300/86, completamente revogado pela Lei Federal Nº 8.666/93, de 21/06/1993.

2.5 – Antes de considerar a recorrida vencedora do presente certame, o Senhor Pregoeiro procedeu com todos os trâmites legais, estabelecidos pela legislação vigente, efetuando todas as diligências julgadas necessárias à elucidação do julgamento da proposta da recorrida, solicitando todas as explicações e documentos pertinentes, inclusive Declaração da recorrida de que seu preço ofertado é suficiente para cobrir todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre os serviços, objeto da presente licitação, o que foi plenamente atendido pela recorrida, razão pela qual, teve a sua proposta devidamente aprovada e aceita, por ter cumprido rigorosamente todas as condições do edital, seus anexos e à Legislação vigente.

2.6 — Finalmente, no que tange à margem de custos indiretos e parcela de lucro, cotados pela recorrida no B.D.I. de sua proposta, a contestação da recorrente é totalmente improcedente, haja visto que, tais percentuais são variáveis de empresa para empresa, dependendo do seu porte, estratégia comercial, econômica e visão de mercado, sendo a proposta da recorrida perfeitamente exequível, considerando-se ainda que o seu “FATOR K”, de 2,09 =R\$ 4.077,15(Valor do Homem/Mês/R\$ 1.948,71(Valor Mensal da Remuneração), está devidamente dentro do parâmetro de aceitação determinado pelo Acórdão Nº 2.836/2011-TCU-Plenário, que é de 1,80 (mínimo) e 2,70 (máximo).

2.7 - Ademais, o Art. 63, da IN-SEGES Nº 05/2017, estabelece claramente:

ART. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo completa-lo caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer alguns dos eventos arrolados nos incisos do § 1º, do Art. 57, da Lei 8.666 de 1993.

### 3 – DO PEDIDO:

Face aos motivos acima enumerados, que certamente serão constatados e considerados pelo Senhor Pregoeiro da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, a T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL-EIRELI, vem mui respeitosamente, IMPUGNAR o Recurso Impetrado pela licitante PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI. Visto que, conforme demonstrado nos parágrafos precedentes, à luz da legislação vigente e jurisprudência pertinente, tal recurso de faz totalmente improcedente e sem quaisquer respaldos legais, razão pela qual, não deve prosperar, visto que, não apresenta nenhum fato ou argumento novo, ou qualquer dispositivo legal, que possa, de alguma forma, modificar a correta e lícita decisão do Senhor Pregoeiro e sua competente equipe técnica de apoio, ao declarar a recorrida, vencedora do presente certame.

Por ser de Cristalina Justiça.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2021.

T & S LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL-EIRELI



#### 4. ANÁLISE DO MÉRITO

4.1. De acordo com o art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, a pretensão de recorrer deve ser manifestada de forma imediata e motivada ao final da sessão que declarou o vencedor do certame, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para a apresentação das razões do recurso.

4.2. Apresentada a intenção de recorrer, cabe ao Pregoeiro tão-somente avaliar a existência dos pressupostos recursais, o que se restringe à aferição de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

4.3. Não se admite ao Pregoeiro afastar de plano o cabimento do recurso sob o fundamento de que os motivos indicados pelos licitantes não merecem provimento.

4.4. Em outras palavras, não compete ao Pregoeiro decidir o mérito do recurso em vista das razões sucintamente apontadas pelos licitantes na sessão pública.

4.5. A análise a ser feita pelo Pregoeiro deve visar a afastar apenas os recursos manifestamente protelatórios, que não detêm qualquer fundamentação para a sua interposição.

4.6. A respeito do assunto, o Tribunal de Contas da União exarou Acórdão, em que ficou bastante clara a restrição do exercício dessa atividade pelo Pregoeiro.

4.7. Vejamos os trechos do relatório e do voto do Ministro Relator, bem como da parte dispositiva do Acórdão nº 339/2010 – Plenário:

*“Relatório*

*(...) Isto posto, tem-se, portanto, que o juízo de admissibilidade da intenção de recorrer, na modalidade pregão – tanto eletrônico como presencial –, levado a efeito pelo Pregoeiro, deve se limitar à análise acerca da presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sendo vedado a este agente analisar, de antemão, o próprio mérito recursal, em que pese lhe ser lícito examinar se os motivos apresentados na intenção de recorrer possuem, em tese, um mínimo de plausibilidade para seu seguimento.*

*(...)Voto*

*(...) Uma vez confirmada a rejeição pelo pregoeiro, sem amparo legal, de todas as intenções de recurso formuladas pelos licitantes, faz-se necessária a anulação dos respectivos atos ilegais praticados, bem como dos atos subsequentes. Dessa forma, caso (...) deseje dar prosseguimento ao Pregão Eletrônico 713/2009, deverá retornar à fase de recursos, indevidamente suprimida do certame.*

*(...) ACÓRDÃO os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:*

*(...) determinar,*

*(...) que adote, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/2002 e ao princípio da isonomia, procedendo à anulação dos atos que rejeitaram as intenções de recurso dos licitantes, bem como dos atos subsequentes, praticados no âmbito do Pregão Eletrônico 713/2009;*

*Determinar (...) que, nas licitações na modalidade Pregão Eletrônico:*

*(...)oriente seus pregoeiros, ao procederem ao juízo de admissibilidade das intenções de recurso manifestadas pelos licitantes nas sessões públicas (pregão eletrônico ou presencial), que busquem verificar tão somente a presença dos pressupostos recursais, ou seja, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, abstendo-se de analisar, de antemão, o mérito do recurso, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 11, inciso XVII, do Decreto nº 3.555/2000 (pregão presencial), e do art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/2005 (pregão eletrônico);”*

4.8. O que se verifica, então, é que a atividade do Pregoeiro quanto à análise das intenções dos recursos manifestadas na sessão do pregão deve se restringir à constatação da sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

4.9. Presentes esses aspectos, não poderá o Pregoeiro rejeitar de plano as intenções recursais com

base no julgamento do mérito dos apontamentos realizados pelos licitantes na sessão.

**4.10. Registre-se que os recursos tiveram suas admissibilidades aceitas e foram interpostos TEMPESTIVAMENTE.**

4.11. As recorrentes se insurgem contra a habilitação da Recorrida e suas próprias desclassificações, razões que foram motivadas nas manifestações de intenção de recurso.

4.12. Na licitação em questão o se busca é a supremacia do interesse público, através proposta mais vantajosa, ou seja, àquela que atenda a todas as disposições do objeto para a sua execução eficaz, inclusive atendimento aos requisitos de qualificação técnica.

4.13. Passemos à análise individual dos recursos.

4.14. **Recurso 01** – ECO RIO COMERCIO E SERVICOS LTDA (Recorrente 01) alega, em suma:

4.14.1. Possível treva no texto do item 10.3 do Termo de Referência e que não ocorreu, de forma clara e objetiva, a fixação do salário base no Edital;

4.14.2. O texto do item 10.3 do Termo de Referência, onde reproduzo *ipsis litteris*: "*10.3 Os valores de salários deverão seguir o da convenção coletiva da categoria; CCT 2019/2020 - vigente, Do Sind dos Trab em Emp Telec Op Sist TV por Assi Transm de Dados e Correio Eletr Telef M Cel Serv Tronc D Com Radi.*" é claro ao dizer qual salário base deve ser utilizado. Em nenhum momento foi exigido uso de determinada convenção coletiva de trabalho. A indicação da CCT ocorreu apenas para que o salário base seja fixado com a finalidade de manter os níveis de serviços prestados dentro da Superintendência de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.

4.14.3. Ao decidir utilizar CCT diversa daquela explicitada no Edital e seus anexos, o(a) Licitante deverá praticar as suas cláusulas sem prejuízo de obedecer o valor do salário base indicado e fixado no Termo de Referência.

4.14.4. Tal informação ainda foi explicitada no campo de esclarecimentos do ComprasNet.

4.14.5. Ainda mais, ressalta-se que este Pregoeiro indagou à Recorrida 01 por, no mínimo, 03 vezes, através do chat, e a mesma manteve fixado seu entendimento de que o Edital foi atendido na sua proposta.

4.14.6. A Recorrida 01, ao apresentar salário base de R\$ 1.309,38, não seguiu o disposto no item 10.3 do Termo de Referência.

4.14.7. De posse de tal informação e insistência, este Signatário recusou a proposta, uma vez que a Recorrida 01 demonstrou a não aceitação da correção exigida. Não pode o Pregão ser arrastado por conversação sem fim, em um contexto que parece protelatório e de discussão onde há argumentação, quando não deve haver.

4.14.8. A condução do certame deve seguir pelas orientações e solicitações do Pregoeiro que é, em virtude de Lei e normas infra legais, a pessoa competente para decidir, agir e fazer com que o certame licitatório ocorra de maneira célere, isonômica e objetiva.

4.14.9. Ter ocorrido atitude autoritária por parte deste Pregoeiro *ipsis litteris*: "ao recusar a aceitar os argumentos apresentados e simplesmente ignorar fechando o chat e convocando a empresa subsequente" ;

4.14.10. Causa-me estranheza a Recorrida 01 citar atitude autoritária por parte deste Pregoeiro, uma vez que, ao questionar por, no mínimo, 03 vezes, deu plena chance de manifestar sobre o solicitado.

4.14.11. Novamente, ao negar e retrucar por, no mínimo, 03 vezes, foi entendido que a Recorrida 01 não acatou a solicitação.

4.14.12. O momento para discussão de possíveis equívocos da sessão pública e atendimento ou não das regras do Edital é a presente fase recursal e não durante a análise de propostas/habilitação.

4.15. **Recurso 02** – AJS LIMPEZA E CONSERVACAO EIRELI (Recorrente 02) alega, em

suma:

4.15.1. Que a renomada empresa LM FLUMINENSE descumpriu os ditames do edital e respeitou a Legislação Vigente, apresentando planilha de custo em desacordo com a legislação:

4.15.1.1. Sem o que aprofundar, não há apreciação uma vez que a empresa LM FLUMINENSE se quer participou do presente certame licitatório.

4.15.2. manobra escura ao realizar o cálculo do módulo 02 da planilha de custos e formação de preços:

4.15.2.1. A fórmula está correta. O resultado de  $36,86\% \times (8,33\% + 12,10\%)$  é, de fato, 7,53%.

4.15.3. que a memória de cálculos aplicada para pagamento dos benefícios são de 22 (vinte e dois) dias e não de 21 (vinte um):

4.15.3.1. Não é proibida a utilização do parâmetro de 21 dias para provisão de vale transporte e vale alimentação conforme o Acórdão TCU nº 1.904/2007.

4.15.4. que não foi dada prerrogativa aos demais licitantes a cerca do módulo 03:

4.15.4.1. A orientação foi dada a todos e, não só foram exigidas de maneira igual, como a ora declarada vencedora apresentou as probabilidades para APT e API (aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado).

4.15.4.2. O(A) Licitante, ao informar as probabilidades, indica que solicitará ressarcimento junto à Administração. Neste caso, elas devem somar 100%, uma vez que não se pode prever cenário diferente de APT e API.

4.15.4.3. Ou a empresa demite o funcionário por APT ou API, ou a empresa absorve o funcionário em seu quadro e não dá geração do fato que ensejaria ressarcimento das custas de rescisão contratual junto à Administração.

4.15.5. erro na memória de cálculo no módulo 03:

4.15.5.1. No presente caso há apenas a demonstração da aplicação da probabilidade de 50% em cima dos valores de API e APT conforme a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida.

4.15.5.2. Ao se aplicar tal probabilidade, por matemática simples, o valor será reduzido. Exemplo perfeitamente visualizado na página 43 do Caderno de Logística do Pagamento pelo Fato Gerador.

4.15.6. possível equívoco da carga tributária apresentada pela Recorrida:

4.15.6.1. O fato de não ter havido questionamento por parte deste Pregoeiro não pode induzir que o mesmo não tem ou não tinha conhecimento sobre tal assunto.

4.15.6.2. Isto posto, toda tratativa considerando as porcentagens de PIS e COFINS foi considerando o regime tributário de lucro real.

4.15.6.3. Ao se deparar com tal caso, a ação é solicitar comprovação das porcentagens apresentadas na planilha de custos e formação de preços, o que foi devidamente realizado e atendido através da apresentação das EFD's (Escrituração Fiscal Digital).

4.16. **Recurso 03 – NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA (Recorrente 03) alega, em suma:**

4.16.1. que a proposta apresentada pela Recorrida é inexequível:

4.16.1.1. A Recorrida possui como regime tributário o Lucro Real. Desta forma, é considerada incidência não cumulativa de CONFINS e PIS.

4.16.1.2. Este Pregoeiro, ao solicitar a comprovação das porcentagens apresentadas no módulo 6-C.1, realizou a devida diligência para comprovação dos mesmo.

4.16.1.3. A Recorrida apresentou as devidas documentações, como suas devidas EFD's (escrituração fiscal digital).

4.17. **Recurso 04 – PARANÁ LIMP SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI (Recorrente 04)**  
alega, em suma:

4.17.1. que a nova Lei de Licitações, Lei 14.133 de 01.º de abril de 2021, aplica-se plenamente ao caso concreto:

4.17.1.1. Cumpre frisar que o entendimento da Recorrente 04 está equivocado.

4.17.1.2. O artigo 189 da referida Lei não obriga a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no presente caso. Motivo este que o artigo 190 e 191 ditam que o contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor desta Lei continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada (art. 190) e que até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso (art. 191).

4.17.1.3. Talvez não seja de conhecimento de muitos, porém o próprio Sistema ComprasNet não está adaptado à nova Lei, como por exemplo o cadastro de dispensa e ineligibilidade de licitação à luz da Lei 14.133/2021.

4.17.1.4. Ainda mais, há de se frisar que o próprio artigo 191 veda a aplicação combinada da Lei nº 14.133/2021 com as demais citadas.

4.17.1.5. A própria Recorrente 04 peca ao afirmar que deve ser aplicada a Lei nº 14.133/2021 e, ao continuar sua peça recursal, cita os artigos 44, 03 da Lei nº 8.666/1993 e ainda afirma que a Recorrida desrespeitou a referida Lei.

4.17.2. que os valores do sub módulo 2.2 estão errados:

4.17.2.1. Apesar do descrito nos subitens acima, cumpre apenas informar que os valores foram revisados e estão corretos.

4.17.2.2. Todas as fórmulas foram devidamente verificadas.

4.17.2.3. A incidência do sub módulo 2.2 nos sub módulos 2.1-A e 2.1-B foi provisionada no sub módulo 2.1-C de maneira correta.

4.18.

## 5. **DECISÃO**

5.1. Importante destacar que este Pregoeiro analisou todas as alegações de maneira impessoal e criteriosa.

5.2. Toda a avaliação e decisão de recurso administrativo visa devolver à Recorrida, neste caso, às Recorridas, resposta para concretizar o seu direito, que é impetrar recurso.

5.3. Assim, se concretiza a democracia.

5.4. Não existiu, no presente documento, tentativa de protelação por parte das Recorridas. É louvável que cada interessado(a) questione e faça valer seu direito de ser ouvido(a).

5.5. Porém, tal direito não dá causa direta de deferimento às alegações ora prestadas.

5.6. Diante de toda a análise e tomando como base o inciso V do art. 17 do Decreto nº 10.024/19, este Pregoeiro decide que os recursos interpostos pelas Recorrentes 01, 02, 03 e 04 **NÃO PROCEDEM**.

5.7. Outrossim, tendo em cumprimento ao art. 13, IV do Decreto 10.024/19, será necessário submeter ao julgamento do Senhor Superintendente Regional para decisão final.

Rio de Janeiro 19 de julho de 2021.

**HUGO PICOLE BORGES**  
Pregoeiro  
CPL/SELOG/SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **HUGO PICOLE BORGES, Pregoeiro(a)**, em 19/07/2021, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **19503071** e o código CRC **E33DC9BC**.

---

Referência: Processo nº 08455.010610/2020-37

SEI nº 19503071